

GDF gasta 41 bilhões com pessoal

A maior parte da proposta orçamentária, no valor de Cr\$ 64 bilhões, do Governo do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982, ou seja, Cr\$ 41,6 bilhões, destina-se a cobrir despesas com o pagamento de pessoal, conforme explicou o secretário Renan D'Avilla. Para ele, este dado demonstra que a função do Governo não é outra senão prestar serviços. A proposta, aprovada no final do mês passado pela Comissão do DF, foi enviada ao Congresso Nacional através de projeto de lei.

Até o fim deste mês, a proposta orçamentária deverá ser levada a plenário no Senado Federal, antes porém sofrerá alterações em face da aprovação tardia da Taxa do Lixo. O valor de arrecadação da Taxa, durante o ano de 1982, foi calculado em Cr\$ 315 milhões, que serão incluídos na receita tributária e destinado aos setores de habitação e urbanismo, vinculados à Secretaria de Viação e Obras.

Dois quadros dispostos no Projeto de Lei número 236/81 ilustram em síntese a exata origem da receita e a sua função de forma que o valor total nos dois quadros, o de receita e o das funções, devem ser obrigatoriamente idênticos. Ao todo são 13 funções, que somadas à reserva de contingência, utilizada em situações imprevisíveis, chegam a Cr\$ 64 bilhões.

FUNÇÕES

As funções ligadas à Educação e Cultura, Saúde e Saneamento e Administração e Planejamento, por exemplo, receberão o maior percentual do montante a ser aplicado em 1982, que são respectivamente 26,46%, 21,45% e 17,31%. Um fator que, conforme o secretário Renan, eleva muito o percentual dessas funções é a folha de pagamento muito grande, na área de educação, pois a Fundação Educacional é o maior empregador de professores. Na área de Saúde, sem contar os hospitais, existem 40 postos de saúde que empregam muitos médicos e, a área de administração e planejamento, encarregada de pagar a todos os funcionários da administração direta do GDF.

A função legislativa está com uma previsão orçamentária de 0,63%, ou seja, de Cr\$ 380 milhões, para as despesas do Tribunal de Contas. A judiciária irá dispor de apenas 0,03%, o menor percentual, que se justifica uma vez que as atividades deste setor no Distrito Federal, estão vinculadas ao Poder Judiciário Federal.

A agricultura receberá recursos da ordem de Cr\$ 1,500 bilhões, ou 2,50%. Apesar da quantia parecer pequena, principalmente numa época em que se fala muito no desenvolvimento da região geoeconômica do DF, o secretário explicou que a maior parte dos investimentos feitos pela Secretaria de Agricultura e Produção se dão através de financiamentos do Banco Regional de Brasília, da Emater e outras empresas. Disse ainda que a Agricultura em 82 receberá bem mais do que recebeu para o exercício de 1981, pouco mais de 1%.

A verba para Defesa Nacional e Segurança Pública está entre a média na distribuição orçamentária. A função receberá para seus gastos quase 9% que corresponde a cerca de Cr\$ 5,500 bilhões, com o detalhe de que não existem convênios nem transferências de recursos de órgãos federais para esta área. Conforme lembrou o coronel Renan, o contingente de pessoal também é grande pois envolve tropas do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, da Segurança Pública e administração. Existe no Congresso Nacional um projeto que propõe a transferência de recursos do Serviço Nacional de Informação (SNI) para a segurança do Distrito Federal.

Habitação e urbanismo, atividades vinculadas à Secretaria de Viação e Obras, somarão uma despesa da ordem de 7,34% ou Cr\$ 4,500 bilhões aproximadamente. Neste total deverão ser incluídos ainda Cr\$ 315 milhões relativos à Taxa do Lixo.

As demais funções prevêem as seguintes despesas: indústria, comércio e serviços (Detur por exemplo) 0,22%; trabalho (artesanato) 0,08%; assistência e previdência (INPS, FGTS e encargos sociais em geral) 5,26%, e transporte 2,82%.

INFLAÇÃO

Principalmente em época de inflação, é necessário um excesso de arrecadação que compense o aumento dos custos que ocorrem com muita frequência. De que forma se aumenta a receita? De acordo com as explicações do coronel Renan, o processo é muito simples e a previsão orçamentária anual começa a ser feita em maio do ano anterior. Portanto, passado tantos meses, naturalmente ocorre uma grande defasagem entre os custos previstos e os custos reais da época. Então promove-se uma grande campanha, por exemplo, nas festas de fim de ano, quando muitos turistas chegam à cidade e se hospedam nos hotéis. Eles saem às compras e com isso o ICM cresce, em consequência surge o excesso de contingência. A transferência de verbas por parte da União também sofre reajustes, de acordo com a desvalorização da moeda e da inflação, e "muitas vezes chegam a aumentar em 50%", finalizou o Secretário de Governo.